

PERSPECTIVAS BRASILEIRAS SOBRE A FELICIDADE NA ERA DIGITAL

Dr. Everton Rodrigo Santos - Professor e pesquisador na Universidade FEEVALE.

Dr. Honor de Almeida Neto - Professor e pesquisador na Universidade Luterana do Brasil (ULBRA).

Dr. Henrique Carlos de Oliveira Castro - Professor e pesquisador na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Eixo Temático: Comunicación Política, Opinión Pública y Redes Sociales.

Trabajo preparado para su presentación en el XI Congreso Latinoamericano de Ciencia Política (ALACIP), organizado conjuntamente por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política y la Asociación Chilena de Ciencia Política, Santiago, Chile, 21, 22 y 23 de julio 2022.

RESUMO

O presente trabalho busca explorar como as novas tecnologias de informação e comunicação exercem influência nas relações humanas e sociais, em especial no que se refere ao sentimento de felicidade e de bem-estar subjetivo. Sob essa ótica, a hipótese de trabalho é que existe uma relação estreita entre as novas mediações sociais e a formação de uma cultura mais autônoma e, conseqüentemente, de bem-estar; representando assim princípios geradores da Sociedade em Rede na Era Digital.

Nesse sentido, as redes sociais consistem em uma plataforma digital que fomenta valores como a autocomunicação de massas e a sociabilidade; práticas essas que tendem a criar uma cultura mais ligada à autonomia e ao empoderamento, gerando o processo de individuação.

A realização do estudo aqui citado teve seu embasamento nos dados quantitativos advindos de pesquisas do tipo survey que foram realizadas durante a Sétima Onda da Pesquisa Mundial de Valores (WVS, 2017-2020). Em conclusão, a análise dos dados levou a uma confirmação da hipótese: as pessoas que estão mais conectadas na rede tendem a ser mais felizes, nutrindo um sentimento de maior liberdade e autonomia.

Palavras-chave: Sociedade em rede. Autocomunicação de massas. World Values Survey. Redes Sociais.

INTRODUÇÃO

Comumente relacionadas aos gregos e ao mundo antigo, as discussões sobre a felicidade e o bem estar humano são cada dia mais atuais. Estudiosos têm, inclusive, ligado a felicidade a fenômenos e conceitos anteriormente considerados estranhos ao comportamento humano, como a própria pobreza e o desenvolvimento (SEN, 2000). Com efeito, neste início de século XXI, o tema tem sido cada vez mais estudado. Entretanto, e no contrassenso do esperado, o *World Happiness Report/ONU* de 2020 demonstrou que a população do planeta está consistentemente mais infeliz. Em especial no território brasileiro, cuja queda nos níveis de felicidade se destacou neste importante relatório. A maior razão apontada diz respeito à desigualdade de bem-estar, que reduz significativamente as avaliações das pessoas sobre suas vidas. O dado sugere que elas são mais felizes quando inseridas em sociedades com menor disparidade de bem estar e qualidade de vida, o que não é o caso brasileiro. O relatório também aponta que a medição da satisfação com a vida está correlacionada ao bom

funcionamento da democracia, imprensa e eleições livres, baixo índice de corrupção e serviços inclusivos de segurança social; auxiliando os cidadãos que precisam de assistência.

Tais medições acontecem em um cenário de modernidade líquida da liquefação (BAUMAN, 2010). De acordo com o autor, o grupo de parentesco, a comunidade tradicional fechada e isolada, os laços e obrigações sociais embasados na afetividade, na tradição, na religião, entre outros, foram de algum modo, profundamente afetados neste contexto da sociedade líquida. Diante disso, os estudos científicos sobre a felicidade têm aumentado significativamente, em especial nos últimos 30 anos (SUMNER, 1999; GIANNETTI, 2002; DIENER, 2009; GRAHAM, 2011; LOPES, 2012; GREVE, 2013; CARBALLO, 2015; CREMONESE, 2017). Consequentemente o campo de estudo se amplia, tanto por parte dos vários países, como por parte da comunidade científica, particularmente nas áreas da Psicologia, da Economia, da Gestão, da Ciência Política e da Sociologia. Em outros estudos científicos, economistas evidenciaram o fato de o bem-estar e a felicidade estarem bastante relacionados ao desenvolvimento econômico (COOPER, 2001). Nos últimos anos, a tese vem sendo fomentada por economistas comportamentais (LAYARD, 2005; STIGLITZ, 2008), e psicólogos (DIENER et al., 1999; HUPPERT, 2009; ROBERTSON; COOPER, 2010).

Buscando um maior entendimento sobre o assunto, a ciência do bem-estar visa determinar os fatores que dão origem ao sentimento de felicidade, satisfação, contentamento e realização com os vários aspectos da vida de uma pessoa (HANCOCK et al., 2014).

Em alguma medida, os estudos justificam o fato de a maioria dos instrumentos de medição da felicidade recorrerem a construtos psicológicos, ainda que essa vertente quantitativa tenha sido criticada (DELLE FAVE et al., 2011). Desta forma, a abordagem do presente trabalho relaciona a felicidade ao estudo do bem-estar subjetivo, conectando-a ao pressuposto epistemológico de que a melhor forma de estudar a felicidade é compreender o que os sujeitos percebem sobre ela, fazendo com que cada indivíduo seja avaliador da própria felicidade (KESEBIR; DIENER, 2008). Sendo assim, o artigo dialoga com o campo interdisciplinar de estudos a partir de um enfoque de cultura política, visando trazer novos elementos para a compreensão das condições subjetivas da produção da felicidade no Brasil, isto sob a ótica objetiva da democracia brasileira contemporânea construída até o momento.

Na esfera das Ciências Sociais, uma parcela da literatura sustenta que a democracia seja resultado de um equilíbrio entre forças políticas. Nesse viés, elementos econômicos e institucionais bastariam para explicar de modo convincente a dinâmica das democracias, em

detrimento da relevância dos traços culturais e religiosos dominantes na análise da durabilidade do referido regime (PRZEWORSKI, 1997).

Por outro lado, há autores que defendem a ideia de que somente instituições e procedimentos não são o bastante para alcançar a estabilidade democrática, visto que as crenças e valores dos cidadãos são importantes à consolidação do regime (MOISÉS, 1995; BAQUERO, 2018). Todavia, acreditamos que ambas as frentes, institucional e cultural, convergem em um sinergismo para a sustentação da democracia, até porque a divisão entre aspectos institucionais e culturais é unicamente analítica. Desta maneira, instituições e cultura, economia e política são fatores relevantes, interligados e que viabilizam a democracia ou qualquer outro regime político. Perante ao sinergismo possível, não se pode esquecer da dimensão afetiva envolvida, quando se trata da felicidade dos cidadãos com suas instituições e políticas públicas. Quanto às ações que integram a cultura política, há um consenso a respeito da importância da adesão à democracia para a sua manutenção. Sem um estoque de apoio dos cidadãos no que concerne aos princípios, normas e valores característicos do regime, as democracias teriam dificuldade em se manter, principalmente em crises econômicas, políticas e sociais (EASTON, 1965).

Nos últimos 30 anos, diversos estudos sobre legitimidade política demonstraram a crescente preferência dos cidadãos pela democracia como forma de governo (DALTON, 1999; DALTON, 2004; NORRIS, 2008). Em território brasileiro, as pesquisas realizadas têm seguido o mesmo caminho. Em síntese, elas mostram que a maior parte dos brasileiros acredita no regime democrático como a melhor forma de governo, muito embora tenha havido um certo declínio deste apoio ao regime (MOISÉS, 2008). Com isso em mente, o problema de pesquisa que norteia este trabalho tem a intenção de investigar em que medida a percepção da felicidade e satisfação com a vida está relacionada à crença dos brasileiros na democracia e suas instituições entre os anos de 2017 a 2020. A hipótese de trabalho propõe que o declínio da felicidade e da satisfação com a vida como um todo, possui relação de associação com a satisfação na democracia e suas instituições.

O artigo está subdividido em cinco partes que organizam e articulam nossa análise, tensionando o arcabouço teórico com a base empírica. Nas duas partes iniciais, apresentamos uma revisão da bibliografia especializada sobre a felicidade, destacando nossos endereços epistemológicos acerca da democracia e a confiança dos brasileiros nas instituições. Já na terceira parte, trazemos nossa metodologia de pesquisa tipo *survey*, baseada na Pesquisa

Mundial de Valores (WVS), consagrada nas Ciências Sociais como um importante banco de dados mundial. Na quarta parte, mostramos os resultados da análise dos dados e a demonstração da hipótese de trabalho. Por último, nas considerações finais, explicitamos as conclusões do trabalho, bem como, os limites do presente artigo.

1. AFINAL, O QUE É FELICIDADE?

Entende-se, no âmbito deste trabalho, a felicidade e a satisfação com a vida como um estado de bem-estar subjetivo. Logo, a felicidade humana reflete um equilíbrio entre condições subjetivas e condições objetivas, perpassando uma avaliação interna desta interação. Empiricamente, há evidências que são fortemente centradas nas correlações entre felicidade e bem-estar. Quando questionados sobre seus principais objetivos e metas, a maioria das pessoas se refere à sua felicidade individual. O ser humano quer ser feliz, considerando, portanto, a felicidade como sua finalidade de vida. “A busca da felicidade é tão velha como a própria história [...]” (MCMAHON, 2009, p. 19). Em uma perspectiva mais ampla, a “[...] a sociedade não pode ter outro fim que não seja a busca da felicidade individual dos seus membros e a permanência, equilíbrio e evolução dela própria” (BRITTO, 2010, p. 20).

Encontrar as causas da felicidade é um tema explorado há anos por vários estudiosos. No século XVIII muitas pessoas começaram a pensar na felicidade como uma possibilidade deste mundo. Até aquele momento, a felicidade (ao menos nas sociedades ocidentais, constituídas a partir de fundamentos da cultura judaico-cristãs) havia sido considerada, em geral, como uma condição transcendental: quando eu for ao paraíso, ao céu, ou com o advento da modernidade. Ou seja, a felicidade era considerada algo que existiria em um futuro não necessariamente tangível e, desta forma, fora da vida cotidiana das pessoas. Nos dias de hoje, a felicidade é vista como um valor de extrema relevância e um bem a ser buscado e desfrutado. Inclusive, em 2010, foi proposta uma emenda ao artigo 6º da Constituição Federal brasileira para incluir o direito à busca da felicidade pelo indivíduo e pela sociedade, colocado junto ao direito à educação, saúde, previdência social, proteção, maternidade e infância (BRASIL, 2010).

Centenas de anos antes, na Declaração da Independência Americana de 1776, a felicidade foi tida como um valor tão precioso e indiscutível que registra um princípio importante: que todo homem possui o direito inalienável à vida, à liberdade e à busca da

felicidade (LUNT, 2004). Todavia, alguns questionaram se o objetivo vale a pena ser perseguido. Um exemplo disso é que Wilson e Gilbert (2008), entendem felicidade como uma gratificação imediata, felicidade como conforto superficial, felicidade como o contentamento estático e que pode muito bem ser uma distopia de sorrisos fluidos. Com efeito, a felicidade pode ser percebida pelas pessoas como algo passageiro, fugaz; no entanto, o sentimento de felicidade pode ser - e é - mais permanente, se constituindo em um valor e uma dimensão atitudinal humana. Por consequência desse enfoque, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) elaborou o programa *Better Life Initiative*, em maio de 2011 e criou o *Better Life Index*. Essa relevância social da felicidade, ficou ainda mais visível com a criação do Dia Internacional de Felicidade (20 de março) pela Organização das Nações Unidas (ONU). Daí em diante, temos assistido ao surgimento de diversas políticas públicas em diferentes governos e iniciativas de órgãos como OCDE, ONU, Unicef; todas com o intuito de estimular o aumento dos níveis de bem-estar da população.

Neste cenário, vê-se que a felicidade é muito valorizada na sociedade atual não apenas como um valor individual, mas também em iniciativas políticas e sociais. As pessoas não apenas querem a felicidade na própria vida, mas também há um apoio crescente à ideia de que cuidamos da felicidade de outras pessoas e que os governos devem ter como objetivo criar mais felicidade para um maior número de cidadãos (BENTHAM, 1982). O homem atual aborda a felicidade mais como sentir-se bem, do que ser bom (MCMAHON, 2009), ou seja, é algo que possui um valor em si, não uma virtude. Conforme De La Mora (1987), ficamos felizes quando nossos desejos são cumpridos e infelizes quando não se realizam. Logo, não é tão difícil ser feliz, desde que os desejos sejam poucos ou facilmente realizáveis. Corolário disso, vem que a felicidade não é igual para todos os seres humanos, mas dependente da sociedade em que vivem, das suas condições econômicas e sociais e das experiências vividas.

Na bibliografia atual, encontram-se autores que também consideram os termos bem-estar e felicidade como sinônimos. Norrish e Vella-Brodrick (2008) sugerem portanto, que a felicidade geral seja sinônimo de satisfação com a vida e bem-estar subjetivo, compreendendo o termo bem-estar subjetivo de caráter mais científico. Observou-se então que uma boa parte das publicações não usa a denominação "felicidade", mas o termo "bem-estar subjetivo" (DIENER, 2004; DECI; RYAN, 2008). O fato se dá em virtude da dificuldade em abordar-se diretamente a felicidade, de forma que muitos pesquisadores preferem mensurar o bem-estar subjetivo relatado pelas pessoas felizes.

A avaliação subjetiva da vida, expressa o grau em que se avalia a vida de forma positiva e, como tal, alguns autores defendem que se trata de avaliar a satisfação com a vida propriamente dita (DIENER; SELIGMAN, 2004). Já o bem-estar subjetivo (BES) é a definição global para uma área de estudos que abrange a investigação da felicidade, da satisfação com a vida de atitude e da relação entre afetos positivos e negativos. Entretanto, não é uma tarefa simples e consensual, como se entende, seja devido a componentes subjetivos e intraindividuais, ou ainda pela natureza pluriparadigmática e multidimensional. O bem-estar subjetivo é o conceito que abrange a avaliação das pessoas sobre suas vidas, podendo ser fragmentado entre vários indicadores para medir o bem-estar percebido por alguém. A título de exemplo, Diener et al. (1999) definem Bem-estar Subjetivo (BES) como sendo satisfeito com a vida de (atitude), enquanto se sente bem (afeto).

Sob essa ótica, Diener e Ryan (2008) expõem que existem duas vertentes de felicidade. A primeira, aborda a felicidade hedônica, estando relacionada ao bem-estar subjetivo; visto como um julgamento sobre a satisfação da vida e/ou como um equilíbrio de sentimentos bons e de sentimentos negativos. Assim sendo, a abordagem hedônica é fundamentada no modelo padrão das ciências sociais, que considera o ser humano inicialmente vazio e, conseqüentemente, maleável, que vai ganhando significado conforme os ensinamentos sociais e culturais. Resumindo, a adaptação hedonística, é o nome dado à capacidade do ser humano de se adaptar rapidamente a novas situações; o que pode explicar, por exemplo, a afirmação de que o dinheiro traz felicidade, porém somente até certo ponto, e além dele fica menos significativa.

A felicidade eudaimônica é a segunda vertente, que abrange a busca de sentimentos de prazer e julgamentos de satisfação. Envolve também fazer o que está certo e virtuoso, crescimento pessoal, realização de objetivos próprios, desenvolvimento dos seus próprios talentos e habilidades; independentemente de como nos sentimos em qualquer altura. Assim, a abordagem atribui conteúdo ao ser humano e visa descobrir tal conteúdo, bem como compreender as condições que facilitam seu desenvolvimento (DECI; RYAN, 2008). A felicidade, por este viés, pode ser entendida como sinônimo de bem-estar no seu contexto mais amplo, em que ambos se referem a um estado pleno de satisfação com a vida. Deste modo, a felicidade, satisfação com a vida e bem-estar subjetivo são pontos tratados de forma indiscriminada no presente artigo.

Simplificando os pontos de vista, temos a concepção eudaimônica, centrada no processo envolvido em viver bem e no conteúdo da vida; e a hedônica, que se preocupa com os resultados, principalmente o atingimento de afetos positivos e ausência de dor ou sofrimentos desagradáveis (DECI; RYAN, 2008).

Em 2020, a pesquisa “World Happiness Report”, realizada pela ONU, mostrou que o brasileiro atingiu o ápice de sua infelicidade em 2020, retratando a crise financeira e a falta de confiança nos líderes da política nacional como possíveis causas desta infelicidade. Veremos que estes fatores se refletiram na 7ª Onda do WVS. A Tabela 1 apresenta a posição do Brasil no “Ranking” Mundial.

Tabela 1 – Ranking do Brasil na *World Happiness Report*

<i>Brazil – World Happiness Index</i>			
<i>Date</i>	<i>World Happiness Ranking</i>	<i>World Happiness Index</i>	
2020	35°		6.330
2019	32°		6.300
2018	28°		6.419
2017	22°		6.635
2016	17°		6.952
2015	16°		6.983
2013	24°		6.849

Fonte: Disponível em: <<https://countryeconomy.com/demography/world-happiness-index/brazil>>. Acesso em 04 mai. 2021

Nota-se que na Tabela 1, a posição na classificação mundial de Felicidade do Brasil obteve um decréscimo, perdendo posição no ranking e também na pontuação aferida, na qual o brasileiro diminui o grau de felicidade mais acentuadamente a partir de 2016, ápice da crise econômica brasileira. No entanto, esse decréscimo da felicidade não acontece apenas em nosso país, pois o relatório apontou uma queda mundial, concluindo existe uma onda global de infelicidade, motivada pela desconfiança em líderes políticos.

No caso do Brasil, no entanto, a diminuição consistente do grau de felicidade é também relevante por ser o brasileiro considerado feliz no senso comum. Desta forma, este resultado merece estudo mais minucioso por ser contraintuitivo.

2. DEMOCRACIA CONCEITO EM CONSTANTE CONSTRUÇÃO

Por meio da revisão da literatura especializada, vê-se que o conceito de democracia é polissêmico ou, no mínimo, sujeito à polissemia. Esta constatação é em si uma contradição em termos, uma vez que a característica central de um conceito é justamente a sua precisão e valor discriminante (CASTRO, 2014). Neste ponto em especial, Baquero (2018) encontrou

115 adjetivos de democracia. Em termos procedimentais, a democracia pode ser definida enquanto um conjunto de normas, regras e procedimentos que estabelecem um caminho para se chegar a uma decisão política (BOBBIO, 2009).

Portanto, [...] na literatura política, encontra-se um elenco relativamente grande de definições sobre a democracia, tendo em vista que, como toda matéria essencialmente social, no sentido de envolver formas de organização humana, a democracia não pode ser estudada como algo definitivo e acabado, mas como algo em construção (CASTRO, 2014, p. 35).

A existência de tantos e distintos enunciados para tratar o conceito de democracia indica que, além de um claro dissenso no debate especializado, há a necessidade de mais estudos para aumentar a clareza sobre o fenômeno. Alternativamente, e é o que pode ser o mais provável, o termo democracia é utilizado dentro e fora da Academia para tratar de fenômenos distintos, sendo, desta forma, mais uma substantivação de um adjetivo do que um conceito em sentido estrito.

Conforme as ideias de Dahl (2009), democracia é um regime que permite que os membros de uma comunidade sejam politicamente iguais para determinar as políticas de associação e contestação. Os pontos anteriores são requisitos mínimos para uma democracia e implicam, por um lado, a garantia de existência de instituições e os canais de participação, mas também atitudes cidadãs que permitam suportar e consolidar o regime (FEDOZZI, 2001). É visível o avanço de novas democracias no mundo. Em 1790, havia três democracias no mundo. Em 1926, 20 países tinham credenciais para serem considerados democráticos. Já em 1942, em virtude da Segunda Guerra Mundial, esse número declinou agudamente para 12. Contudo, logo após a Segunda Guerra esse número subiu para 66 e no ano 2000, 120 países eram considerados democráticos, sendo a primeira vez que a democracia adquiriu o status de maioria em escala global (BAQUERO, 2018, p. 20).

Robert Dahl (1989, p. 3), um dos principais representantes da teoria pluralista da democracia, postula que:

[...] a democracia é um ideal impossível de se realizar na prática, pois a própria longevidade da democracia tem contribuído para produzir confusão e discordâncias, porque esse termo tem significado diferentes coisas para diferentes pessoas em diferentes épocas.

Mesmo que o regime democrático seja aceito globalmente, ao menos discursivamente, para Morlino (2014), o problema mais sério e importante diz respeito ao tipo de democracia, à qualidade da democracia. Como tipo-ideal, nos termos de Max Weber, a democracia é uma estrutura institucional estável que possibilita a liberdade e igualdade dos cidadãos por meio do

funcionamento legítimo e correto das suas instituições e mecanismos. Neste quesito, ainda que se tenha avançado na compreensão sobre a questão da qualidade da democracia, Baquero (2018) entende que ainda há lacunas significativas que precisam ser explicadas. No centro dessas circunstâncias, está o problema da importação e naturalização de instituições e procedimentos inconsistentes com a realidade dos países da região latino-americana. Um cenário que privilegia unicamente a dimensão formal e procedimental da democracia, dificilmente terá sua estabilização e consolidação. O autor destaca que a realidade dos nossos países sugere a existência de um crescente descontentamento e mal-estar de amplos setores da população, em razão da ausência de um progresso social que diminua a desigualdade social e política.

Nesse contexto, elites autoritárias conseguiram instalar regimes eleitorais competitivos enquanto ainda detinham poder sobre as pessoas. Entretanto, muitas das novas democracias mostram deficiências na sua qualidade e instituições, quanto à proteção dos direitos humanos, da insatisfação com a prestação de serviços e a corrupção; elementos que impactam negativamente a vida dos pobres e, conseqüentemente, o apoio à democracia. Uma hipótese explicativa para a dificuldade encontrada pelas novas democracias em terem um desempenho em qualidade similar ao encontrado nas democracias consolidadas é o descompasso desse regime político com a cultura política existente. Tal descompasso talvez seja ligado ao fato de a democracia liberal ocidental ter sido gestada e aperfeiçoada em situações políticas e sociais muito distintas das que encontramos nos países periféricos.

Nessa lógica, o fortalecimento da sociedade civil está em conexão com a democracia, mais especificamente com a cultura política hegemônica. Atualmente, temos uma sociedade com fraturas, que carece de uma cidadania ativa, porque é através da discussão, interesse popular, e envolvimento na política que os objetivos sociais têm de ser determinados e cumpridos; dito de outra forma, uma cultura política que valorize e reproduza valores necessários para a sustentação do regime democrático. Perante a ausência de envolvimento público no processo, a democracia carece tanto de sua legitimidade quanto de sua força orientadora.

Um dos papéis centrais dos cidadãos nas democracias é a tomada de decisões quanto aos assuntos políticos. Nas democracias, isso inclui decisões sobre quais posições devem ser mantidas, decisões sobre quais partidos ou candidatos apoiar em uma eleição, como participar

de política e assim por diante. Em outros sistemas políticos, isso pode abranger formas indiretas dessas mesmas escolhas - ou a escolha de não se posicionar politicamente.

Nos últimos 30 anos, diversos estudos sobre legitimidade política revelaram o crescimento da preferência dos cidadãos pela democracia como forma de governo (DALTON, 2004; NORRIS, 2018). Porém, o alcance e a natureza desse avanço têm sido relativizados por autores das chamadas novas democracias (MISHLER; ROSE, 1999). Todavia, a alta adesão ao regime democrático foi recebida com maior cautela na literatura sobre as novas democracias, na qual pesquisas indicam que em países com transição política recente, existe uma fragilidade da adesão à democracia.

Já nas democracias ocidentais estabelecidas, sua legitimidade está cada vez mais dependente do seu desempenho econômico (KLINGEMANN; FUCHS, 1995). Sob essa ótica, Baquero (2018) afirma que a democracia política e a econômica se constituem em lados da mesma moeda, mas pondera que uma democracia formal e substantiva dificilmente se materializa numa sociedade na qual o poder econômico está concentrado nas mãos de poucos, enquanto a maioria da população enfrenta vicissitudes no cotidiano e um futuro incerto. No ponto de vista do estudioso, onde existe desigualdade econômica e social não há democracia.

Há que se considerar, no entanto, que os resultados de pesquisas que indicam alta adesão à democracia tratam fundamentalmente de um aspecto atitudinal, ou seja, as pessoas parecem ser favoráveis à democracia, mas sem isso implicar comportamento político condizente. Em outras palavras, a adesão é algo discursivo, sem necessariamente implicar ações em defesa da democracia ou mesmo coerência com outras atitudes e comportamentos que são contrários a esse regime político.

Nesta divisão de democracia política e democracia econômica, Baquero (2018) relaciona a democracia inercial ao desenvolvimento assimétrico de fatores que deveriam evoluir paralelamente, mas produziram comportamentos inconsistentes entre o estado da economia e o comportamento dos cidadãos, seguindo em caminhos opostos. Assim, os investimentos sociais não são suficientes, de modo que Estado e Instituições criam uma inércia, pois não reverterem as necessidades da sociedade. Elementos que deveriam funcionar e não funcionam, insuficientes recursos públicos e ineficiência de recursos para outras áreas.

Na sequência do que foi dito acerca das características da democracia inercial, conforme a teoria da cultura política, a confiança interpessoal e a confiança nas instituições políticas são pré-condições também para a formação de associações secundárias, que por sua

vez, podem atuar como promotoras da participação popular e, conseqüentemente, do aperfeiçoamento da democracia. A literatura especializada (INGLEHART, 1988; COLEMAN, 1990; FUKUYAMA, 1996; PUTNAM, 2000; BAQUERO 2018) propõe que, para o bom funcionamento das instituições políticas, é imperativa a confiança dos cidadãos nestas instituições e a baixa credibilidade colabora com a desconfiança. No velho ensinamento de Churchill, que serve mais para a ação política do que para análise científica, a democracia é o pior regime imaginável, com exceção de todos os outros.

Por conseqüência, a felicidade dos indivíduos na esfera privada é construída, em grande medida, através de uma sociedade bem-organizada politicamente a partir da qualidade da administração política realizada na polis. Em virtude disso, a política seria tanto uma destinação quanto uma responsabilidade a ser assumida por cada indivíduo.

Considerando os estudos, nota-se que a democracia pode ser repensada para além dos termos da representação delegada, passando a incorporar formas de inclusão do cidadão e da sociedade civil na determinação e construção democrática de uma nação e de suas políticas públicas. Dessa forma, a área de estudo das políticas públicas está implicada nesta discussão, já que este campo teórico e metodológico tem na ação do Estado seu principal escopo de estudo, e é de extrema importância à incidência dos governos que, mediante suas políticas, reformas, ajustes administrativos e investimentos, têm responsabilidade privilegiada com o desenvolvimento de uma comunidade, região ou país nos seus diferentes aspectos e aqui, particularmente, na dimensão da felicidade (SOUZA, 2006).

Roberto Stefan Foa e Yascha Mounk (2017), entendem que os pesquisadores e a mídia não foram capazes de prever a queda do Muro de Berlim e alertam que mesmo os pesquisadores mais bem treinados costumam acreditar que o passado recente é um bom guia para o futuro e que eventos extremos não devem acontecer e, ainda questionam se temos realmente embasamento para ter confiança nas democracias. Desta maneira, apresentam uma série de dados demonstrando um descrédito nas instituições democráticas, enfraquecimento da identificação com partidos, aumento do voto em candidatos populistas e partidos anti-sistema, e uma menor importância às regras das democracias liberais.

No que concerne a confiança, vários estudiosos predizem que para bom funcionamento das instituições políticas, é imperativa a confiança dos cidadãos nestas instituições (INGLEHART, 1988; FUKUYAMA, 1996; PUTNAM, 2006). Putnam (1993) postula que as instituições influenciam a forma pelas quais indivíduos e grupos se tornam

atuantes dentro e fora dos canais estabelecidos, influenciando também no grau de confiança entre cidadãos e líderes, nas aspirações comuns da comunidade política, no idioma, nos critérios e os preceitos partilhados pela comunidade, e no significado de conceitos que os indivíduos possuem sobre democracia, justiça, liberdade e igualdade. Com isso, presume-se que a confiança nas Instituições é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O debate sobre a confiança nas instituições, no entanto, tem como pano de fundo a confiança na democracia realmente existente. Nesta linha de raciocínio, a baixa confiança nas instituições é um sério óbice à democracia porque indica que os cidadãos percebem que a promessa, algumas vezes explícita, de resolução dos problemas sociais unicamente pela existência de determinados mecanismos de decisão política não se mostrou real. Ou seja, desconfiar das instituições pode indicar um sentimento latente de descontentamento com a democracia vivenciada pelas pessoas.

Inglehart (1988) assevera que a participação das massas junto com a confiança interpessoal são importantes para consolidar e estabelecer a democracia em três abordagens: legitimidade, comunitária do capital social e desenvolvimento econômico. De acordo com Baquero (2013), na América-Latina, os níveis de confiança nas Instituições balizadoras da democracia (Partidos Políticos, Congresso Nacional, Governo, Poder Judiciário e Administração Pública) são relativamente baixos e colaboram para a instabilidade política da região. No caso do Brasil, a baixa confiança em instituições nacionais é um fenômeno que vem-se agravando nos últimos 20 anos.

3. METODOLOGIA

Em termos metodológicos, foi utilizada a Base de Dados originária do *World Values Survey* (WVS) – www.worldvaluessurvey.org. A Pesquisa Mundial de Valores (*World Values Survey*/ WVS) que se constitui em uma investigação mundial sobre valores socioculturais e políticos, desenvolvida em cerca de 100 sociedades em todos os seis continentes habitados. A Pesquisa inclui o Brasil e fornece informações sobre crenças individuais, política, economia, assuntos religiosos, sociais e éticos, finanças pessoais, relações familiares e sociais, felicidade e satisfação com a vida, entre outras (WVS, 2020). Como foram empregados os dados produzidos pelo projeto *World Values Survey* (WVS), optou-se pela Sétima Onda por ser a

última aplicada no Brasil. A Sétima Onda teve início no país em maio de 2017 em mais de 150 municípios. O Brasil participa desde 1990, tendo realizado também a Segunda, a Terceira, a Quinta, a Sexta e a Sétima Ondas. Os autores do presente trabalho são membros da equipe cujo grupo de pesquisa WVS no Brasil, sendo um deles o principal investigador no país e membro da World Values Survey Association, que coordena o trabalho em nível mundial. A amostra desta última Onda foi de 1.762 respondentes brasileiros. O significado da palavra Onda e suas respectivas numerações, referem-se a pesquisa aplicada simultaneamente em diferentes países do mundo. A Sétima compreende o período de 2017-2020. Vale destacar que a pesquisa abarca o ano de 2020, mas o questionário foi aplicado no período anterior à crise sanitária, à pandemia da COVID-19.

Os dados da pesquisa foram analisados de forma descritiva e multivariada.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme o que viemos abordando até o momento, a felicidade e o sentimento satisfação com a vida são também elementos importantes para o funcionamento da democracia. Na **Tabela 2**, cruzou-se a percepção da satisfação com a vida e importância da democracia na 7ª Onda do WVS (2017-2020).

Tabela 2 – Importância da Democracia na 7ª Onda do WVS (2017-2020)

Satisfação com a Vida de (1=completamente insatisfeito e 10= completamente satisfeito)	Importância da Democracia de 1 a 10 de (1=nada importante e 10=absolutamente importante)
Completamente Insatisfeito	0,18
2	0,12
3	0,35
4	0,53
5	1,22
6	1,12
7	1,32
8	1,69
9	0,99
Completamente Satisfeito	2,48
Total (N=1762)	10,00

FONTE: WVS, 7ª Onda (2017-2020)

Tabela 3 – Satisfação com a Vida X Importância da Democracia – 7ª Onda do WVS

Teste r _ô de Spearman			
r _ô de Spearman	Coefficiente de Correlação	N	Significância Assintótica (Bilateral)

Q49. Em geral, em que medida o(a) Sr.(a) está satisfeito ou insatisfeito com sua vida ultimamente:	1,000	1754	0,123**
Q250. Em que medida é importante para o(a) Sr(a) viver em um país que é governado de maneira democrática? Nesta escala, em que 1 significa “nada importante” e 10 significa “totalmente importante”, que ponto o(a) Sr(a) escolheria?	0,123**	1599	0,000

** A correlação é significativa no nível 0,01 (bilateral).

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Ao se observarem os dados da **Tabela 2** da 7ª Onda, encontra-se uma relação entre o sentimento de satisfação com a própria vida e a importância atribuída à democracia. Daqueles que se definem como “completamente satisfeitos” também mostraram a maior média de 2,48 e concebem a democracia “absolutamente importante”. Na outra ponta, apuramos uma média de pessoas “completamente insatisfeitos” com as suas vidas, de 0,18 e consideram “nada importante” a democracia. Ademais, se justapostos, os cinco índices médios de maior satisfação com a vida temos um total de 7,60 pontos percentuais, enquanto os cinco índices médios, mais associados a insatisfação com a vida, somam apenas 2,40. Analisando a **Tabela 2**, de cima para baixo, haverá uma tendência de aumentar a satisfação com a vida na medida em que aumenta também a importância atribuída à democracia. Por este ângulo, pode-se intuir, pelos dados arrolados que, via de regra, pessoas que consideram a democracia importante tendem a ser mais satisfeitas com a vida. Entretanto, uma pergunta permanece: as mais satisfeitas com a vida podem ser também as que mais aderem à democracia?

Considerando a lógica intrínseca ao que é hegemônico no debate acadêmico, é provável que a democracia proporcione maior felicidade e satisfação com a vida em virtude de ser um regime político que permite mais autonomia para os indivíduos. Aqui aplicamos uma correlação não-paramétrica denominada ρ de Spearman, já que as duas variáveis estão em escala ordinal (1 a 10). Na **Tabela 3**, o teste sugere a conexão entre satisfação com a vida e importância da democracia.

De acordo com os cálculos estatísticos apurados, através do Teste ρ de Spearman identificamos uma correlação entre satisfação com a vida e importância da democracia. Dessa forma, sugere também uma pequena, mas existente relação entre ser importante a democracia e estar satisfeito com a sua vida sim. Em suma, quando ajustamos e refinamos esses números e as correlações entre as variáveis satisfação com a vida e democracia (ter um sistema político

democrático e a importância da democracia), vemos que as pessoas que se dizem “satisfeitas com a vida” são as mais favoráveis à democracia. O Teste r_s de Spearman comprova que quanto maior a satisfação com a vida, maior o espírito democrático.

Nesse cenário, Inglehart (1993) postula que as sociedades caracterizadas por um sentido relativamente forte de satisfação com a vida em sua totalidade, e sentimentos relativamente fortes de felicidade, tendem mais a ser democracias estáveis do que as sociedades caracterizadas por um baixo sentido de bem-estar, com valores de auto expressão no rumo das sociedades pós-materialistas¹.

Na Tabela 4, foi cruzada a confiança no Parlamento (instituição central de uma democracia) com o sentimento de satisfação com a vida dos brasileiros. Em uma escala de 1 a 10 (1= completamente insatisfeito e 10= completamente satisfeito), foi possível constatar que o índice de “confia totalmente” apresenta 59,7% de pessoas completamente satisfeitas com a vida, enquanto, na outra ponta, os respondentes que assinalaram “não confia” caem para 30,6% das pessoas. O resultado encontrado nesta 7ª Onda (2017-2020), é semelhante ao da 6ª Onda (2010-2014). Logo, podemos inferir que, à medida que a confiança no Parlamento cai, diminui a satisfação com a vida nesta década em estudo.

Tabela 4 – Satisfação com a Vida X Confiança no Parlamento na 7ª Onda do WVS

Satisfação com a Vida	Confiança no Parlamento			
	Confia Totalmente	Confia em parte	Confia pouco	Não confia
Completamente Insatisfeito	9,7%	1,6%	3,5%	2,1%
2	0,0%	0,4%	1,4%	0,5%
3	9,7%	3,8%	2,9%	2,3%
4	0,0%	2,7%	3,4%	2,5%
5	4,3%	9,8%	11,7%	14,6%
6	4,1%	9,8%	8,9%	8,7%
7	4,4%	6,9%	14,8%	13,1%
8	3,8%	19,9%	18,8%	16,0%
9	4,3%	10,6%	8,4%	9,6%
Completamente Satisfeito	59,7%	34,5%	26,2%	30,6%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaborado pelo autor com base na 7ª Onda do WVS. Disponível em: <<http://www.worldvaluessurvey.org/WVSONline.jsp>>. Acesso em: 10 out. 2020.

¹ Ver Castro, Henrique et al. Valores morais e de autoexpressão: pós-materialismo em/na crise? Revista USP, v.1, n.131, p. 33-46, 2021. Neste artigo, os autores demonstram que durante a pandemia da Covid-19, ao contrário do que a teoria preconiza, houve um aumento dos valores pós-materialistas no país.

Ao aplicarmos o Teste Kruskal-Wallis para a 7ª Onda, verificamos que existe essa associação entre satisfação com a vida e confiança no Parlamento, conforme **Tabela 5**, a seguir.

Tabela 5 – Satisfação com a Vida X Confiança no Parlamento – 7ª Onda do WVS

Estatísticas de teste ^{a,b}						
Q49. Em geral, em que medida o(a) Sr.(a) está satisfeito ou insatisfeito com sua vida ultimamente:						
Qui-quadrado						9,860
gl						3
Significância Assint.						,0020
a. Teste Kruskal-Wallis						
b. Variável de Agrupamento:						
Q73. Para cada uma, o(a) Sr(a) poderia me dizer em que medida confia: confia totalmente, em parte, pouco ou não confia nessas organizações? Congresso Nacional (Câmara e Senado)						
Confiança no Parlamento	N	Satisfação com a vida				Desvio Padrão
		Mínimo	Máximo	Média		
Confia totalmente	23	1	10	7,96		3,155
Confia em parte	254	1	10	7,83		2,258
Confia pouco	358	1	10	7,35		2,385
Não confia	1068	1	10	7,58		2,266

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Conforme os cálculos encontrados através do Teste Kruskal-Wallis, identificamos que há diferenças significativas entre os níveis de confiança no Parlamento em relação a satisfação com a vida ($p < 0,05$) e ($X^2 = 9,860$; $p = 0,020$). A diferença acontece entre aqueles que disseram confiar pouco e aqueles que se manifestaram que confiavam totalmente, sendo que esses tendem a apresentar satisfação maior com a vida. Inclusive, observamos que as maiores médias representam as pessoas que entendem que “confia totalmente” e “confia em parte”, indicando maior confiança no Parlamento. Ou seja, as pessoas que confiam mais no Parlamento são as mais satisfeitas com a vida, ao passo que as pessoas que confiam menos, são as que mais estão insatisfeitas com a sua vida.

A tendência também aconteceu ao se cruzarem a satisfação com a vida com a confiança em duas outras importantes instituições da democracia liberal, a confiança no governo e a confiança no poder judiciário. Nos dois cruzamentos, os indivíduos que confiam mais no governo e no judiciário são os mais satisfeitos com a vida, ao passo que as pessoas que confiam em menor grau, são as mais insatisfeitas com a sua vida, tanto na 7ª Onda, como na 6ª Onda respectivamente. Ao aplicarmos o teste Teste Kruskal-Wallis para o governo, encontramos uma associação significativa entre felicidade e confiança nesta instituição

($p < 0,05$) e ($X^2 = 10,027$; $p = 0,180$), assim como quando aplicamos o teste no judiciário ($p < 0,05$) e ($X^2 = 36,153$; $p = 0,000$)².

Segundo a visão de Carballo (2015), viver em uma democracia não só nos dá a possibilidade de eleger nossos líderes, mas também nos dá a liberdade de sermos nós mesmos. Dito isso, a confiança nas outras pessoas e nas instituições, como por exemplo no parlamento, no governo ou judiciário, aqui analisado, é a base para o bom funcionamento de uma sociedade. A confiança nas instituições é vital para o bom desempenho das políticas públicas de um país e conseqüentemente de seu desenvolvimento.

Estes achados, no entanto, precisam ser analisados considerando que a maioria dos brasileiros possui uma baixa confiança nas instituições. Assim, se a nossa análise permite verificar correlação entre confiança e felicidade, o que corrobora outros estudos, é necessário considerar que esse grupo é relativamente pequeno no país. Dito de outra forma, os resultados ajudam a avançar o debate substantivo sobre o tema, mas também indicam empiricamente que a maioria da população é alheia a isto, ou seja, que a relação entre felicidade e confiança talvez não seja o suficiente para explicar o fenômeno no país.

5. CONCLUSÕES

Consideramos que o trabalho metodológico de estabelecer uma relação de associação entre felicidade e satisfação com a vida e a confiança dos brasileiros na democracia e suas principais instituições, num primeiro momento, levaram a resultados que demonstram uma boa aproximação com aquilo que a teoria indica.

Ao longo do trabalho, procuramos relacionar os indicadores de felicidade com a adesão dos brasileiros à democracia. Neste âmbito, revisamos a literatura científica do conceito de felicidade, e nos deparamos com sinônimos como satisfação com a vida e bem-estar subjetivo. Levantando a classificação do Brasil no World Happiness Report da ONU de 2020, notamos uma queda expressiva de felicidade dos brasileiros desde 2016, quando houve uma queda da 17ª para a 35ª posição na classificação mundial. Este declínio, aconteceu principalmente em razão do descrédito dos líderes políticos e também à crescente

² Suprimimos as tabelas e mantivemos somente os cálculos devido ao espaço exíguo deste artigo.

deterioração do ambiente econômico no país, muito embora tenhamos também identificado que o declínio da felicidade é uma inclinação global.

Tendo como base a empiria disponibilizada pelos dados da WVS, e a partir de um olhar teórico ligado à Ciência Política e à Sociologia Contemporânea, podemos demonstrar nossa hipótese de que o declínio da felicidade e da satisfação com a vida de uma forma geral, tem relação de associação com a satisfação na democracia e suas instituições.

Além disso, conseguimos verificar a associação entre felicidade, satisfação com a vida e a importância da democracia como um todo. Identificamos uma correlação significativa, entre estas duas variáveis (satisfação com a vida e importância da democracia). Sendo assim, quando aprofundamos nosso entendimento, com perguntas mais específicas, nas quais cruzamos satisfação com a vida e confiança no parlamento, no governo ou mesmo no judiciário, por exemplo, verificamos que também acontece a associação entre as variáveis. Evidentemente, os dados são preliminares, porém vão em direção da nossa hipótese de trabalho. Na medida em se incluírem outras instituições e demais questões sobre valores democráticos, será possível encontrar maiores associações entre a satisfação com a vida e a satisfação com as instituições democráticas, sendo o que é observado em nossa epistemologia. Além disso, a pesquisa indica que os brasileiros estão cada vez menos felizes com a democracia e, conseqüentemente, com as instituições democráticas. Diante dessa ordem dos fatos, parece existir uma retroalimentação entre o sentimento de felicidade e o regime democrático. Em outras palavras, o mau funcionamento da democracia pode estar afetando o sentimento de felicidade do brasileiro e vice-versa, o sentimento de (in)felicidade afeta a satisfação dos brasileiros no regime democrático, num círculo vicioso e não virtuoso de realimentação constante, minando a confiança na democracia. A associação entre as variáveis felicidade e democracia ajudam a explicar em parte as fragilidades de nosso regime democrático e devem ser foco de atenção em políticas públicas.

Por fim, ao mesmo tempo que reforça estudos anteriores, o presente trabalho abre caminhos para novas formas de analisar a relação entre felicidade e confiança, particularmente em sociedades com baixos níveis de confiança institucional.

BIBLIOGRAFIA

BAQUERO, Marcello. **Democracia Inercial**: Assimetrias entre Economia e Cultura Política na América Latina. Porto Alegre: UFRGS, 2018.

BAQUERO, Marcello. **Qual a Democracia para a América Latina?** Porto Alegre: UFRGS, 2013.

BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

BENTHAM, Jeremy. **An Introduction to the Principles of Morals and Legislation**. London: Methuen Univerity Paperback. 1982.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Brasília. Presidência da República. Constituição Federal (Texto compilado até a Emenda Constitucional nº 99 de 14/12/2017). Art. 6º Casa Civil, 2010.

BRITTO, Carlos Ayres. **O humanismo como categoria constitucional**. Belo Horizonte: Fórum, 2010. p. 20).

CARBALLO, Marita. **La Felicidad de las Naciones: Claves para un mundo mejor**. SUDAMERICANA, 2015.

CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de. **Cultura política comparada**: democracia e mudanças econômicas: Brasil, Argentina e Chile. Brasília, DF: Verbena, 2014.

CASTRO, Henrique Carlos de O.; CAPRISTANO, Daniel; CASTILLO, Sofia Isabel Vizcarra. **Valores morais e de autoexpressão: pós-materialismo em/na crise?**. Revista USP, v. 1, n. 131, p. 33-46, 2021.

COLEMAN, James S. **Foundations of social theory**. Cambridge, Harvard University Press, 1990.

COOPER, Ben; GARCIA-PENALOSA, Cecilia; FUNK, Peter. Status effects and negative utility growth. **The Economic Journal**, v. 111, n. 473, p. 642-665, 2001.

CREMONESE, Dejalma. **Ética e Felicidade: Lições da Filosofia Antiga para uma Vida Boa**. Appris Editora e Livraria Eireli-ME, 2017.

DAHL, Robert. **Sobre Democracia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

DAHL, Robert. **Um prefácio à teoria democrática**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

DALTON, Russell. Political Support in Advanced Industrial Democracies. In: NORRIS, P. (org.). **Critical citizens: global support for democratic government**. Oxford: Oxford University Press, 1999. p. 57 - 77.

DALTON, Russell.. **Democratic Challenges, Democratic Choices**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

DE LA MORA, Gonzalez Fernandez: **Egalitarian Envy: The Political Foundations of Social Justice**, New York, Paragon House Publishers, 1987.(1983

DECI, Edward.; RYAN, Richard. The 'what' and 'why' of goal pursuits: Human needs and the self-determination of behaviour. **Psychological Inquiry**, v. 11, p. 227-268, 2008.

DELLE FAVE, Antonella et al. The eudaimonic and hedonic components of happiness: Qualitative and quantitative findings. **Social indicators research**, v. 100, n. 2, p. 185-207, 2011.

DIENER, Ed. et al. Subjective well-being: Three decades of progress. **Psychological Bulletin**, v. 125, 1999.

DIENER, Ed.; RYAN, Katherine. Subjective well-being: a general overview. **South African Journal of Psychology**, v. 39, n. 4, p. 391-406, 2008.

DIENER, Ed.; SELIGMAN, M.E.P. Beyond the money: toward an economy of well-being. **Psychological Science in The Public Interest**, v. 5, p.1-131, 2004.

EASTON, David. A *Framework for Political Analysis*. New Jersey: Prentice-Hall, Inc. Englewood Cliffs, 1965.

FEDOZZI, Luciano. **Orçamento Participativo**: reflexões sobre a experiência de Porto Alegre. 3. ed. Porto Alegre: Tomo Editorial, RJ: UFRJ/IPPUR, 2001.

FOA, Roberto Stefan; MOUNK, Yascha. The signs of deconsolidation. **Journal of democracy**, v. 28, n. 1, p. 5-15, 2017.

FUCHS, Dieter. Support for democratic system. In: KLINGEMANN, H.-D.; FUCHS, D. (orgs.). **Citizens and the state**. Oxford: Oxford University Press, 1995.

FUKUYAMA, Francis. **Confiança**: valores sociais e criação de prosperidade. Lisboa: Gradiva, 1996. 412 p.

GIANNETTI, Eduardo. Felicidade: **Diálogos Sobre o Bem-Estar na Civilização**. São Paulo: Editora Cia. das Letras, 2002.

GRAHAM, Carol. O Que Nos Faz Felizes por Esse Mundo Fora. **O paradoxo dos camponeses felizes e dos milionários miseravelmente infelizes**. Alfragide: Texto Editores, 2011.

GREVE, Bent. **Felicidade**. 1ª Ed. Tradução de Pedro Barros. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

HUPPERT, Felicia A. et al. Measuring well-being across Europe: Description of the ESS well-being module and preliminary findings. **Social Indicators Research**, v. 91, n. 3, p. 301-315, 2009.

INGLEHART, Ronald. Democratização em perspectiva global. **Opinião Pública**, v. 1, n. 1, p. 9-67, 1993.

INGLEHART, Ronald. The renaissance of political culture. **American Political Science Review**, v. 82, n. 4, p. 1203-1230. 1988.

INGLEHART, Ronald; NORRIS, Pippa. **Trump, Brexit, and the rise of Populism**: Trump, Brexit e and the rise of authoritarianism populism. New York: Cambridge University Press,

2018.

KESEBIR, Pelin; DIENER, Ed. In pursuit of happiness. Empirical answers to philosophical questions. **Perspectives on Psychological Science**, v. 3, n. 2, p. 7-13, 2008.

KRAMER, Adam DI; GUILLORY, Jamie E.; HANCOCK, Jeffrey T. Experimental evidence of massive-scale emotional contagion through social networks. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 111, n. 24, p. 8788-8790, 2014.

LAYARD, Richard. **Happiness: Lessons from a New Science**, New York: Penguin, 2005.

LOPES, Bruno. **A busca da felicidade e o bem-estar no Mundo pós-moderno**. Faculdades Integradas Doctum - Campus Teófilo Otoni, 2012.

LUNT, Alan. The implications for the clinician of adopting a recovery model: the role of choice in assertive treatment. **Psychiatry Rehabilitation Journal**, v. 28, n.1, p. 93-97, 2004.

MCMAHON, Darrin. **Uma história da felicidade**. Lisboa: Edições 70, 2009.

MISHLER, William; ROSE, Richard. Five Years After the Fall: Trajectories of Support for Democracy in Post-Communist Europe³⁶. **Critical citizens: Global support for democratic government**, p. 78-103, 1999.

MOISÉS, José Álvaro. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime: o caso do Brasil". **Opinião Pública**, v. 14, n. 1, p. 1-42, 2008.

MOISÉS, José Álvaro. **Os Brasileiros e a Democracia**. São Paulo: Ática, 1995.

MORLINO, Leonardo. In: **XV April International Academic Conference on Economic and Social Development**. 2014.

MOURA, José Antônio Ribeiro de. **Felicidade e Democracia no Brasil: Um Diagnóstico de Uma Década (2010/2020)**. 2021. Dissertação (Doutorado em Diversidade Cultural e Inclusão Social) - Universidade Feevale, Novo Hamburgo, 2021.

NORRIS, Pippa. **Democratic Deficit**. New York, Cambridge University Press, 2011.

NORRISH, Jacolyn & VELLA-BRODRICK, Dianne. Is the study of happiness a worthy

scientific pursuit? **Social Indicators Research**, 87, 393–407. 2008.

PRZEWORSKI, Adam et al. O que mantém as democracias? **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 113-135, 1997.

PUTNAM, Robert. **Bowling alone**. The collapse and revival of American community. New York: Simon & Schuster, 2000.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

PUTNAM, Robert. The prosperous community: social capital and public life. **The American Prospect**, v. 13, 1993.

ROBERTSON, Ivan; COOPER, Cary. **Well-being: Productivity and happiness at work**. London: Palgrave Macmillan, 2010.

SANTOS, Everton Rodrigo. **Ciência Política. Lições sobre o Jogo de Poder**. Ijuí. Editora Unijui, 2021.

SANTOS, Everton Rodrigo. **Democracia e desenvolvimento**: desafios da sociedade gaúcha. Ijuí: Unijui, 2013.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Sociologia**, Porto Alegre, ano 8, p. 20-45, jul/dez.2006.

STIGLITZ, Joseph. **Globalization and its Discontents**, New York: W.W. Norton. 2008.

SUMNER, Wayne. **Welfare, happiness and ethics**. Oxford: Clarendon Press. 1999.

WILSON, Timothy D.; GILBERT, Daniel T. Explaining away: A model of affective adaptation. **Perspectives on Psychological Science**, v. 3, n. 5, p. 370-386, 2008.

WORLD HAPPINESS REPORT: **Online data analysis.** Disponível em:
<<https://worldhappiness.report/>> Acesso em: 13 nov. 2021.

WORLD VALUES SURVEY. **Online data analysis.** 2018. Disponível em:
<<http://www.worldvaluessurvey.org/WVSONline.jsp>>. Acesso em: 06 out. 2021.